

- LI -**A EMERGÊNCIA DA INCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE JUVENTUDES****Mariana Lins de Oliveira**

Universidade Federal da Paraíba – Brasil

mariloliveiras@gmail.com

O presente texto é fruto de estudos que temos realizado desde meados dos anos 2000 acerca da relação entre juventudes, educação e políticas públicas. Nossas inquietações emergem de experiências que vivenciamos junto a jovens de comunidades periféricas e que se encontravam inseridos ou em processo de inserção em programas governamentais voltados especificamente para ‘jovens pobres’. Esta experiência teve início na cidade de Recife – Pernambuco/ Brasil. Questões como: qual (is) concepções de juventudes estão orientando a elaboração e efetivação das ações das políticas de juventudes? Qual a percepção dos jovens sobre essas ações? Quais as concepções de educação presentes nos documentos dos programas? Essas são, entre outras, reflexões que nos (co) movem para desenvolver estudos sobre juventudes e educação.

Ao traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros torna-se particularmente oportuno levar em conta o novo período político inaugurado com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2003. A partir desse momento, o País passou a conviver com mudanças expressivas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas diversificadas e confluem para a construção de um novo paradigma em torno da questão (SPOSITO & CARRANO, 2003). Destaca-se a elaboração de um consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas específicas destinadas aos segmentos juvenis. Contudo, o reconhecimento desse consenso (que também expressa conquistas dos movimentos sociais) não deve obscurecer a diversidade de orientações e pressupostos que têm alimentado os projetos destinados aos segmentos juvenis, tendo em vista que qualquer ação política exprime determinadas representações normativas sobre setores de uma dada sociedade.

Assim, em que pese o maior ou menor predomínio de determinadas tendências ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis têm sido mais fortemente reiteradas em nosso País (SPOSITO, 2003). Ou seja, a juventude brasileira vem sendo tematizada, ela mesma, como um “problema social”. Esta forma de conceber as juventudes como “problema” pode ser de alguma forma constatada na descrição do perfil a quem se destinam as ações dos programas. Ou seja, não raramente, há uma caracterização extremamente estigmatizada das juventudes pobres e é esta mesma que justifica a necessidade de políticas educacionais de “inclusão” destinadas a esse grupo populacional.

Para melhor compreensão do nosso problema de estudo entendemos ser de grande importância registrar o que estamos chamando de políticas públicas. As políticas públicas compreendem um conjunto de intervenções políticas, econômicas, sociais e ambientais que os governos implementam buscando atender necessidades de setores e/ou grupos sociais que reivindicam o atendimento de suas demandas específicas. As políticas representam o Estado em ação e essa ação implica um determinado referencial normativo (AZEVEDO, 2003). Nesse sentido, quando pensamos no processo de definição de uma política pública, faz-se necessário um olhar atento ao espaço social em que ela emerge considerando tanto os aspectos econômicos, como os culturais e simbólicos predominantes naquele período social e histórico.

É principalmente a partir do final de 1990 que se iniciou um debate diferenciado em torno das políticas voltadas ao segmento das “juventudes” na sociedade brasileira. Utilizamos o termo juventudes no plural, porque entendemos que existem várias maneiras de ser jovem, se considerar suas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003). Mesmo considerando essa diversidade nos modos de ser e de se fazer jovem é possível delimitar dois movimentos distintos e marcantes em relação aos jovens brasileiros. De um lado, a juventude é abordada como uma espécie de reservatório de energias utópicas, portando um grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico do País. Por outro, constata-se o estado de precariedade a que estariam submetidos os jovens. Um exemplo claro dessa precariedade é expresso pelo crescimento do desemprego juvenil. Este problema seria contornado pelas famílias privilegiadas com o prolongamento dos estudos, diferentemente dos jovens oriundos de famílias menos favorecidas que não teriam a mesma estrutura de oportunidades. Ou seja, não estar na condição de estudante ou de jovem trabalhador significa estar associado a uma situação que é utilizada pelos governos de “situação de risco” e/ou “vulnerabilidade”. Nesse sentido, os jovens pobres passam a ser classificados como jovens em risco ou jovens de risco (termos semelhantes, mas que denotam significados completamente diferentes) e por isso demandam intervenções específicas de regulação e controle. Estas ações, em sua maioria, são planejadas com o objetivo de gerenciamento das supostas situações de risco em que se encontram os jovens, como das situações perigosas que podem ser geradas por estes sujeitos. Desta forma, são medidas que se configuram ora como de proteção social, ora como sendo de defesa e de garantia da segurança da sociedade. Em outras palavras, a categoria risco funciona nas políticas de juventudes como um dispositivo classificatório e de controle deste segmento e como uma categoria que justifica a emergência das próprias políticas.

Diante deste contexto, no esforço de compreendermos como a “juventude pobre” tornou-se objeto dos governos brasileiros das últimas décadas podemos observar uma predominância de ações que os formuladores dos programas denominam de “inclusão”. Essas ações são elaboradas tendo como foco principal a educação escolar aligeirada e formação de iniciação ao mundo do trabalho. No caso específico

das políticas de juventude, é justamente a noção de risco que permite operar o binômio inclusão-exclusão como forma de regulamentar as dimensões centrais da vida dos segmentos juvenis. O binômio inclusão-exclusão ele opera como uma estratégia biopolítica, ou seja, de governo da vida dos jovens. Segundo Veiga-Neto e Lopes (2007), o discurso da inclusão como imperativo no campo educacional nos força a mobilizar saberes como a ideia do normal e do anormal; do diferente ou estranho. Este sujeito que pode ser considerado de alguma forma perigoso para a manutenção da ordem social, é ele quem necessita ser alvo de estratégias inclusivas. Esse modo de operar acaba por reafirmar o sentido das atuais políticas de inclusão: conter as condutas consideradas “desviantes” e fazer com que os jovens atinjam um padrão de normalidade (OLIVEIRA, 2011).

É importante registrar que não estamos nos posicionando contra ou a favor das políticas públicas de inclusão de jovens. Não é nosso interesse travar um debate sobre avaliação dessas políticas. Mas sobretudo, tecer reflexões de como certas categorias, que por sua vez se constituem como referenciais normativos, circulam e funcionam nesse cenário que é o dos programas governamentais voltados para jovens pobres. Com essas inquietações buscamos, de alguma forma, ir deslocando nossos olhares sobre os jovens e sobre as ações educativas que temos (re) pensado junto aos mesmos.

Referências

AZEVEDO, J.M.L. A educação como política pública. São Paulo, Autores Associados, 2003.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.

OLIVEIRA, M.L. Governamentalidade e Inclusão pela Gestão dos Riscos nas Políticas de Juventude: Um estudo a partir dos egressos do Projovem. Edt. Universitária / UFPE. Recife, 2011.

SPOSITO, M. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.

SPOSITO, M. P. CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

VEIGA NETO, A. e LOPES, M. Inclusão e Governamentalidade. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>